

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.729 - GO (2019/0299312-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**SAULO CARVALHO DAVID - GO035371**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**  
**PACIENTE : KATIA CALDAS DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS**

## DECISÃO

**KATIA CALDAS DA SILVA** alega sofrer coação ilegal diante de decisão proferida por Desembargador do **Tribunal de Justiça do Estado de Goiás**, que indeferiu a liminar no HC n. 5563017-75.2019.8.09.0000.

Nesta Corte, a defesa sustenta a ausência de motivação idônea para converter a prisão em flagrante da paciente, pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, em custódia preventiva. Aduz que os fundamentos constantes do *decisum* são idênticos aos exarados em outras decisões prolatadas pelo mesmo Magistrado singular.

Requer, liminarmente e no mérito, a **expedição de alvará de soltura**.

### Decido.

De acordo com o explicitado na Constituição Federal (art. 105, I, "c"), não compete a este Superior Tribunal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão denegatória de liminar, por desembargador, antes de prévio pronunciamento do órgão colegiado de segundo grau, **salvo se evidenciada, sem necessidade de exame mais vertical, a manifesta violação ilegal do direito à liberdade do paciente, o que, na espécie, não verifico**.

Ao indeferir a liminar, o Desembargador relator considerou que "a sustentada ausência dos fundamentos de cautelaridade autorizadores da constrição provisória de Katia Caldas da Silva consiste, genuinamente, no próprio mérito da impetração, motivo pelo qual sua análise compete ao Órgão colegiado, ao depois do desenvolvimento completo da causa com a colheita das informações do juízo indigitado coator e do parecer do fiscal do

# Superior Tribunal de Justiça

ordenamento jurídico" (fl. 99).

Pela leitura da decisão proferida em audiência de custódia, noto que, embora o Juízo singular haja feito referências abstratas – como a menção à necessidade de assegurar a instrução processual sem indicar nenhum dado que efetivamente demonstrasse algum risco –, ressaltou que "a autuada **responde a outro procedimento por tráfico de drogas e condutas afins**, conforme informações de antecedentes criminais" (fl. 50).

**O fato de registrar outro procedimento criminal pela suposta prática de delito de mesma natureza** evidencia, a um primeiro olhar, o **risco de reiteração delitiva** e, por conseguinte, constitui **motivo idôneo** para embasar a rodem de prisão.

Logo, uma vez que não está evidenciada, de pronto, **ilegalidade manifesta ou mácula no *decisum* monocrático**, não se justifica a intervenção imediata e prematura desta Corte Superior de Justiça. Ressalto, todavia, que a análise feita nesta oportunidade **não preclui o exame mais acurado da matéria**, em eventual impetração que venha a ser aforada, já a partir da decisão colegiada do Tribunal *a quo*.

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**